

MULHERES

E AGROECOLOGIA NA AMAZÔNIA

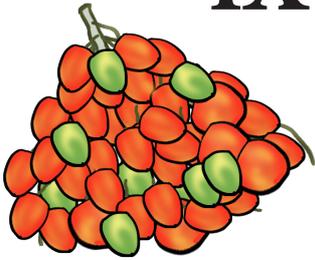


**Fortalecendo práticas agroecológicas por
mulheres de unidades familiares de produção
na Amazônia.**

*** Mensagem das mulheres agricultoras, extrativistas e pesquisadoras da
Amazônia reunidas no IX Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2015.**



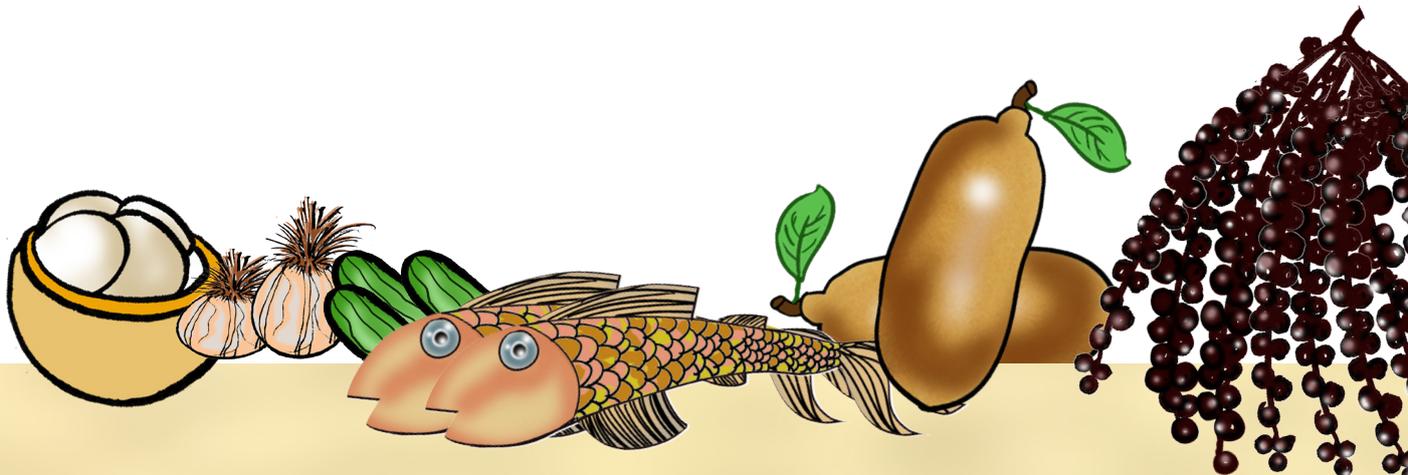
Participantes do IX CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA



Nós, mulheres agricultoras e extrativistas que pesquisamos e produzimos em nossas roças, palmeirais, açazais, rios e igarapés, nos juntamos para participar das importantes atividades deste congresso.

Agradecemos o diálogo com os pesquisadores das Universidades e outras instituições de pesquisa. Como disse uma companheira:

“Eu já tinha conhecimento que as chuvas estavam se atrasando, mas eu ontem ouvindo o professor falando, os desenhos, entendi por quê. Vou voltar para minha comunidade e contar toda a história das queimadas e da fumaça que sobe, atrapalhando a chuva”.





Assim, reunidas com o objetivo de **FORTALECER PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS POR MULHERES DE UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO NA AMAZÔNIA**, denunciaremos a opressão, debatemos nossas práticas de resistência e aqui apresentamos nossas proposições:



1. Que o direito às terras tradicionalmente ocupadas pelas agricultoras e extrativistas familiares seja garantido e que sua Regularização seja de fato consolidada, garantindo-se na documentação o direito da mulher;

2. Que o transporte público nos rios e florestas sejam um direito garantido e tão essencial quanto os serviços urbanos, considerando-se a construção de pontes e a segurança nas estradas e rios. Os impedimentos à mobilidade agridem a unidade familiar, privando-a da educação e saúde, do escoamento da produção das agricultoras e, por vezes, fragmentando-a, com graves consequências, especialmente para mulheres, jovens e crianças;

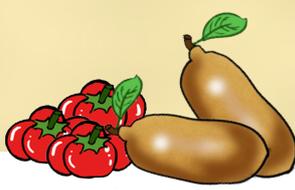
3. Que os direitos a saneamento básico e energia sejam garantidos. Muitos de nossos povoados, como nos PDS Anapu, não tiveram acesso a “Luz para Todos”, dificultando

os trabalhos das mulheres. Deve-se garantir a coleta seletiva do lixo nos povoados ribeirinhos e outros. Além disso, vários projetos de infra-estrutura iniciados pelo INCRA nos assentamentos se prolongam sem serem concluídos;

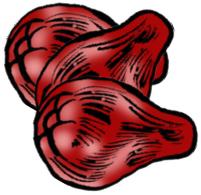
4. Que os órgãos governamentais apoiem investimentos infra-estruturais a nível familiar em nossas propriedades. Atualmente estamos recuperando igarapés com reflorestamento ao redor de olhos d’água, mantendo micro-barragens e manejando a mata ciliar. Essas ações não têm sido contempladas nos apoios a agricultura familiar e impactam o trabalho das mulheres;

5. Que as normas da vigilância sanitária sejam revisadas com a participação das mulheres e homens da agricultura e extrativismo familiar. Critérios e parâmetros estabelecidos para e pela indústria, influenciados pelo poder econômico, inviabilizam nossa produção e comércio;





6. Que se intensifique e amplie o esforço para um Programa de Apoio à valorização das plantas medicinais na agricultura e extrativismo familiar. Essa é uma das práticas das mulheres em que mais ocorre assédio das indústrias farmacêuticas e de cosméticos e higiene pessoal com violações aos seus conhecimentos tradicionais, agora facilitadas pela Lei 13.123 de 2015, aprovada a despeito de nossos protestos;



7. Que os produtos agroecológicos sejam certificados como tal, para que as agricultoras familiares conquistem o mercado, garantindo um espaço especial às mulheres, inclusive nos supermercados, visando o melhor consumo da população em geral. Propomos que os grupos tenham locais próprios seu trabalho e a opção de Casas de Produção;

8. Que as classes multi-seriadas sejam definitivamente banidas! Essa é uma afronta ao direito dos alunos e professores que persiste nas escolas rurais. Que o acesso ao ensino médio nos povoados rurais seja direito assegurado, sem necessidade de conflitos anuais, que minam a noção de direitos da juventude, assim como a intermitência de cursos do Pronera, EJA, Saberes da Terra e outros, bem como as



dificuldades dos Institutos Federais. Também é necessário rever o termo Educação do Campo para incluir a Educação da Floresta e dos Rios;

9. Que se incremente as oportunidades de trabalho para os jovens nas próprias comunidades. Muitos dos que conseguem se formar a duras penas só conseguem trabalho fora, drenando as capacidades que deveriam consolidar as próprias comunidades;

10. Que a Convenção OIT 169 seja respeitada integralmente, garantindo-se o acesso à informação sobre todos os direitos das mulheres agricultoras e extrativistas. Apurar o emblemático caso da Ferrovia a ser construída no município de Abaetetuba violando povoados em territórios quilombolas;



11. Que os conflitos provocados pelas injustiças no mercado de terras, afetado pela expansão do dendê no Baixo Tocantins, pela soja no Baixo Amazonas, pelo eucalipto na região de Imperatriz, pela construção de Belo Monte no território da Transamazônica, violando direitos às terras tradicionalmente ocupadas pelas agricultoras, extrativistas tradicionais, assentadas da reforma agrária e povos indígenas sejam resolvidos;



12. Que o Ministério Público apure os crimes ambientais que estão ocorrendo, com a omissão ou mesmo sob licença do IBAMA e SEMAS, nas áreas de expansão das plantações de soja, dendê, eucalipto e da mineração e exploração madeireira ilegal, especialmente nas áreas de implantação de grandes projetos, que causam a contaminação dos mananciais e cursos d'água;

13. Que o direito à informação sobre a assistência técnica para o manejo agroecológico para agricultura e pecuária seja garantido, inclusive para permacultura e economia solidária. Que as ATES-Mulher sejam consolidadas, garantindo-se o diálogo entre agricultoras e agentes de ATES e a participação das mulheres em projetos de geração de renda, conjugando-se com ATES-Agroecologia;

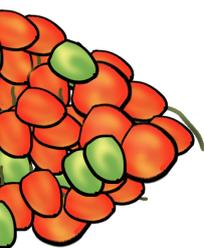
14. Que sejam ampliadas políticas públicas integradas e voltadas para as mulheres, tanto de apoio à produção quanto comercialização, especialmente feiras locais e vendas para PAA, PNAE e PGPM, incluindo-se novas espécies na política de preço mínimo;

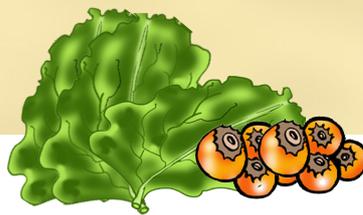
15. Que se viabilize a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, pois nossos filhos

continuam a comer enlatados, enquanto temos arroz, feijão, farinha, geléia de açaí, bolo de mesocarpo de babaçu, biscoito de cumbaru, paçoca de gergelim, cocada de cacau, doce de miriti, doce de castanha, camapu, leite, verduras e outros produtos de qualidade para oferecer;

16. Que se intensifique os esforços para garantir os direitos da mulher também através da documentação pessoal, de trabalho, de acesso a terra, de produção, atentando-se agora para a inclusão das jovens rurais nas DAPs;

17. Finalmente, exigimos imediatas providências para a saúde integral da mulher rural, quer do campo quanto da floresta e rios, onde há casos de postos de saúde que recebem visita de um médico, uma vez por mês, para atender comunidades de mais de 3000 pessoas. Demandamos a capacitação dos agentes de saúde para saúde da mulher agricultora e extrativista, para que se cumpra o direito à informação, e se previna doenças evitáveis como a infecção urinária.





18. Que os direitos dos portadores de necessidades especiais seja garantido nos povoados rurais;

19. Terminamos este documento denunciando a violência contra mulheres simbolizada pela história de nossa companheira Nilde, que participou na construção desse projeto que nos une, participando ativamente da primeira reunião de planejamento e de toda a execução em 2014-2015. Um erro médico em uma cirurgia para histerectomia provocou infecção generalizada e sua morte na semana passada.

20. Acoradas na tradição de liberdade e união, sabemos que nossos conhecimentos são, sobretudo, a causa e o efeito de uma luta contra o modelo de desenvolvimento que viola nossos modos de vida. Assim, nós, mulheres quebradeiras de coco babaçu, tiradoras de açaí, coletoras de murumuru, de andiroba, de cumbaru, mulheres da castanha, ribeirinhas, mulheres dos PDS, agricultoras familiares, mulheres rurais nos unimos aos outros pesquisadores neste Congresso para lutar pela:

DIVERSIDADE E SOBERANIA NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER!



- **Grupo de Mulheres do PDS Virola Jatobá – GRUMVIIA**
- Grupo de Mulheres Raízes do Bacuri
- **Grupo de Mulheres de Igarapé Miri Associação de Mulheres Trabalhadoras Quebradeiras de Coco – AMTQC**
- Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco – AMTR
- **Associação Agroextrativistas de Artesãs, Pescadoras, Agricultoras da comunidade Pirocaba**
- Grupo de Mulheres do Quilombo do Médio Itacuruca
- **Grupo de Mulheres Semente de Dorothy - PDS Esperança**
- Grupo de Mulheres Girassol - PDS Esperança
- **Cooperativa CAMTAUÁ**
- Grupo de Mulheres do STTR de Igarapé-Miri
- **Grupo Sabores da Terra das Mulheres da Ilha de Santo Antônio**
- Grupo de Mulheres do Quilombo Laranjituba e África
- **Grupo de Mulheres do PAE Santa Maria Associação em Áreas de Assentamento no Estado do MA – ASSEMA**
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB
- **Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia – RMERA**
- Movimento de Mulheres Camponesas
- **Mulheres das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá**
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – INDESAN
- **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE Programa Amazônia**
- Programa de Pós-graduação em Agrícoltas Amazônicas - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará

REPRODUÇÃO:

APOIO:

